

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS DA ESCOLA: CONSTRUÇÃO DO P.P.P.

Graciane Matos Lopes¹
Denilson Diniz Pereira²
Samantha Rocha de Souza³

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo o diálogo da construção do Projeto Político Pedagógico com a inserção da família nos processos decisórios em uma escola estadual de Parintins na mesorregião do baixo Amazonas, surgindo a partir da inquietude dos pesquisadores sobre como saber se realmente este documento que norteia as práticas educacionais de uma escola é criado juntamente com os pais, responsáveis dos educandos, docentes e demais funcionários da instituição escolar? Buscando a compreensão e o envolvimento entre família e escola nas tomadas de decisões do ambiente escolar relacionados aos processos administrativos e pedagógicos, visto que são instituições duais extremamente ligadas ao desenvolvimento do educando. Esta pesquisa foi de cunho qualitativo, sendo fundamentada no método fenomenológico. O local da pesquisa foi uma Escola Estadual de Ensino Fundamental I, no baixo Amazonas na zona urbana do município de Parintins-Am. Os sujeitos da pesquisa foram: uma gestora, uma coordenadora pedagógica, cinco professores do ensino fundamental I, um técnico administrativo, pais que compõem a APMC da escola e três membros da comunidade externa escolhidos de forma aleatória, devido que o ponto chave desta pesquisa esteve nas respostas e ações realizadas durante os momentos de observação e questionários destas em relação à escola. Assim esta pesquisa busca a participação da família nos processos decisórios da escola na construção do P.P.P., nos conduzindo a reflexão de qual é o papel da escola perante uma sociedade que desprivilegia a minoria mesmo tendo a função de formar cidadãos críticos.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, Família, Processos Decisórios.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei 8069/90 no artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”. Porém observa a cobrança da família quanto à participação na vida escolar do filho, observa-se que a instituição escolar não oferta liberdade à família quanto aos esclarecimentos dos documentos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBen, Referencial Curricular, o Projeto Político Pedagógico - PPP, etc. que regem a educação quanto

¹ Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM, gracimlopes@gmail.com;

² Doutorando em Educação PUC Minas. Professor do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM E-mail: denilsondinizp@ufam.edu.br;

³ Graduada do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas- UFAM, Professora Municipal, E-mail: sam.souza1@hotmail.com;

instituição.

Essas questões fazem com que a formação do aluno no processo ensino aprendizagem tenha um déficit baixo, pois a família de um lado não saberá a proposta curricular que a escola propõe para o aprendizado da criança e com isso ela começará a fazer cobranças sem ter no mínimo o conhecimento que ela precisa para fazê-las, conseqüentemente, a família colocará a culpa em cima do professor.

Por outro lado, a escola começa a julgar a família como a principal culpada dos atrasos no aprendizado da criança. Vendo essa situação é preciso saber: De que forma a família é envolvida nos processos decisório da escola para que elas tenham autonomia na elaboração do PPP?

Observa-se que há pouco interesse das escolas em formar o Conselho Escolar e ao passo que também não se vê um interesse das famílias quanto às questões documentais da escola, nem do processo de ensino aprendizagem dos seus filhos, somente nas horas que é para justificar uma falta, ou saber se está tudo bem na questão de comportamento dentro de sala de aula. Nas reuniões de pais, se percebe que não há um anseio em mostrar para as famílias uma maneira de se trabalhar em parceria, visando o coletivo.

Os momentos em que a família mais participa da vida escolar de seus filhos ou das decisões da escola são quando há alguma programação a ser realizada na escola em questões de festejos (aniversário da escola, festa junina, dia do pai, da mãe) onde os pais tem que colaborar com uma quantia em dinheiro.

Percebe-se que nos assuntos mais políticos não há o envolvimento por parte dos pais e nenhuma motivação por parte da escola, como por exemplo: reivindicar os direitos de uma educação de qualidade a quem de fato é para se cobrar que é do poder público, eleição democrática para a escolha de um gestor, ou seja, a escola continua sendo uma reprodutora do estado, não tendo uma autonomia que a leve a uma liberdade para a efetivação de práticas que possamos envolver toda a comunidade escolar.

Diante de pesquisas constatou-se que a relação entre Família e Escola dentro do Processo Ensino Aprendizagem ainda é um assunto longe de ser resolvido nas questões que tange a elaboração do PPP. Vendo essa questão faz-se necessário uma reflexão sobre os processos que gerenciam a escola dentro de uma perspectiva democrática. E, um dos pontos importantes para que isso aconteça é a criação do Conselho Escolar,

aonde os pais e demais funcionários e colaboradores da escola irão por direito exercer o papel também de gestores dessa instituição.

É também importante analisar este assunto, porque poderá trazer melhorias no que diz respeito aos relacionamentos entre família e escola, pois juntas participarão desse processo colaborando para um ensino de qualidade.

Deste modo, a escola estará fazendo seu papel de uma forma mais significativa, pois estará proporcionando aos pais uma participação mais efetiva nos assuntos relacionados ao Projeto Político Pedagógico.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi de cunho qualitativo, pois procurou descrever os fenômenos ocorridos no caso pesquisado, identificando a problemática segundo a perspectiva dos indivíduos envolvidos na Instituição. A abordagem qualitativa segundo Oliveira (2012, p.37), “Um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estrutura”.

Sendo fundamentada no método fenomenológico, pois buscou a compreensão maior daquilo que foi visto, procurando entender os fatos na sua essência, fazendo assim a compreensão do todo além do objeto estudado, pois Meksenas (2011.p. 93) discorre: “admite que toda filosofia e, por consequência, todo método de pesquisa descrevem a realidade e buscam a essência dos fenômenos a partir de vivências determinadas”.

O procedimento adotado foi o etnográfico, pois os pesquisadores foram ao local onde se passou o problema e procuraram entender não aos olhos dos pesquisadores, mais, através dos sujeitos e situações que ali se passam e posteriormente os pesquisadores procuraram primeiro entender a realidade do local, se envolvendo para conhecer tais sujeitos e dentro desse processo fazer a sua análise.

Meksenas, (2011.p.117) nos fala que:

Por isso, ao mesmo tempo em que o investigador deve interagir com o contexto de pesquisa e notar as possibilidades desse seu envolvimento propiciadas-deve também saber colocar-se como um estranho, como um viajante, que sabe observar coisas que as pessoas observadas não conseguem ver, dada a imersão total dessas pessoas na cultura em análise.

Quanto à forma de estudo do objeto, no primeiro momento a pesquisa foi bibliográfica, na medida em que foi realizado um levantamento dos temas e tipos de abordagens já trabalhados por outros estudiosos, assimilando conceitos e explorando os aspectos já publicados. Os métodos de procedimento aqui apresentados, além de obedecer aos seus requisitos essenciais, contribuíram para a obtenção de uma análise mais adequada sobre a maneira de como se desenvolve a participação da família nos processos decisórios da escola: construção do P.P.P. contribuindo assim na formação básica do indivíduo como cidadão e partícipe da cidadania. O local da pesquisa foi uma Escola Estadual de Ensino Fundamental I, no baixo amazonas na zona urbana do município de Parintins-Am.

Os sujeitos da pesquisa foram: uma gestora, uma coordenadora pedagógica, cinco professores do ensino fundamental I, um técnico administrativo, pais que compõem a APMC da escola e três membros da comunidade externa escolhidos de forma aleatória, devido que o ponto chave desta pesquisa esteve nas respostas e ações realizadas durante os momentos de observação e questionários destas em relação à escola. Gil (2009, p. 45) nos diz que: “Para que se efetive um experimento, torna-se necessário selecionar sujeitos”. Para a coleta de dados foi utilizada a observação participante, indo ao local e ficando neste o tempo necessário para a pesquisa. Pois como diz o autor Schwartz e Schwartz apud Ghendin (2011, p.194) que a observação participante é:

“um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe dados. Assim o observador é parte do contexto sob a observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto”.

Realizou-se uma entrevista semiestruturada com os funcionários da escola, pais e membros da comunidade externa. Entende-se por entrevista: “Como a técnica que envolve duas pessoas numa situação face a face e uma delas formula questões e a outra responde” (GIL, 2009, p. 115). Na pesquisa também contou com a análise dos documentos escolares tais como: PPP da escola livros de ata das reuniões, livros de frequência dos pais, livros de ponto dos professores e administrativos e livro de ocorrência. Todos os sujeitos envolvidos assinaram o Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido-TCLE e tudo o que foi visto e observado teve o máximo sigilo para não haver nenhum constrangimento para nenhuma das partes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do conceito de Projeto Político Pedagógico pressupõe inicialmente a compreensão do termo projeto

O Projeto Político Pedagógico ainda é um assunto muito discutido pelas instâncias educacionais em busca de melhorias para a educação. Tal temática é de pouco conhecimento de alguns grupos que necessitam da real compreensão do que seja este documento. Para Ferreira (apud VEIGA 1995, p.12) o sentido real de Projeto.

“No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim projectu, participio passado do verbo projicere, que significa lançar para adiante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação”.

Vemos que o termo projeto significa lançar para adiante, algo que se projeta para que haja elevação no trabalho. O PPP exige ações educacionais voltadas a mudanças sociais, pedagógicas, que se alcance uma meta no futuro, pois é construído por todos, visando o coletivo e não as burocracias que às escolas são impostas, pois tem um sentido Político devido que visa à formação cidadã desse aluno, e de todos que fazem parte dessa instituição. Não se pode ter e fazer um PPP somente para cumprir regras, pois ele está entrelaçado com as questões democráticas e educacionais da escola, refletindo na vida das crianças e de toda a comunidade escolar.

“A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como um espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva”. (VEIGA 1995, p.14).

Já para Vasconcellos (2010, p.169):

“O Projeto Político Pedagógico envolve também uma construção coletiva de conhecimentos. Construído participativamente, é uma tentativa, no âmbito da educação, de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento”.

Um projeto elaborado coletivamente com pais, funcionários e demais colaboradores da escola, com certeza as ações pedagógicas irão se refletir no processo de ensino aprendizagem do educando e os professores terão a segurança de planejar no sentido emancipatório, não sendo submetido a regras impostas pelo sistema educacional. Na elaboração do PPP, que se faz numa prática participativa, todos têm a oportunidade de se expressar, colocando suas ideias. E não fica restrito a uma ou duas pessoas. Dá a possibilidade de fala àqueles que nunca falam ou tem vergonha de expor suas ideias. Com isso, a construção do Projeto se torna menos pesado e os frutos avançam com resultados de uma ação coletiva. Assim Vasconcellos (2010, p.172-173) nos afirma:

“Na elaboração participativa do Projeto, todos têm oportunidade de se expressar, inclusive aqueles que geralmente não falam, mas que estão acreditando, estão querendo. Muitas vezes, não falam por insegurança, por pressão do grupo ou por acomodação em função daqueles que ‘sempre falam’. O processo de planejamento participativo abre possibilidade de um maior fluxo de desejos, de esperanças e, portanto, de forças para a tão difícil tarefa de construção de uma nova prática. Almeja-se também a partilha de todos os bens, sejam espirituais (decisão, planejamento), sejam materiais (recursos, lucros, perdas)”.

O que se observa é que o diálogo entre família e escola às vezes se torna difícil de acontecer pelo fato de um desses atores se aterem nas falas principalmente nas reuniões de pais onde somente os professores falam com relação às ações que a escola tem a oferecer e poucos pais proferem a palavra seja pelo medo de falar no meio de pessoas ou por vergonha de expor suas ideias e isso torna a relação escola e família um obstáculo na efetivação do Projeto Político Pedagógico.

A importância da família nas tomadas de decisões do processo educacional

Sabe-se que para se fazer educação no sentido amplo, não precisa de escola e nem de um professor, as crianças em meio às suas comunidades, etnias, ou qualquer que seja o seu meio sociocultural, aprendem o seu modo de viver, aprendem a sua cultura. E esse ensinamento é passado de pai para filho, as meninas com as irmãs mais velhas ou avó, mãe, e os meninos com os homens adultos, enfim, vão adquirindo conhecimento com os seus. Brandão (2007, p. 19) fala desse tipo de educação:

“As meninas aprendem com as companheiras de idade, com as mães, as avós, as irmãs mais velhas, as velhas sábias da tribo, com esta ou aquela especialista em algum tipo de magia ou artesanato. Os meninos aprendem entre os jogos e brincadeiras de seus grupos de idade, aprendem com os pais,

os irmãos da mãe, os avós, os guerreiros, com algum xamã (mago, feiticeiro), com os velhos em volta das fogueiras”.

E nessa relação vai se criando e socializando conhecimentos que vão sendo passados de geração a geração. Por isso, não podemos descartar nenhum conhecimento que a criança traz de casa, porque como falamos a educação (seja do qual jeito for) acontece muito antes da criança ser inserida na Instituição escolar. E isso lhe é garantido na Constituição Brasileira e LDBen Art. 2º por saber que essa é a primeira e principal Instituição onde a criança é inserida. Por isso, é de grande relevância uma participação efetiva desta nas atividades da escola e muito mais além, das decisões escolares.

O Projeto Político Pedagógico como uma forma de gestão democrática.

Quando falamos em PPP, pensamos em um documento que abrangerá todos os que fazem parte da ação pedagógica da escola, não somente professores e administrativos, mais a participação da comunidade escolar (pais e também colaboradores externos).

Porém, na realidade não funciona assim, a escola que deveria ser pública, se fecha e mostra uma gestão eurocêntrica, sem pensar nas demais instancias que estão ligadas a essa Instituição. A comunidade que faz parte e tem o direito de ter um conhecimento das propostas e decisões, é excluída e posta de fora dos trabalhos administrativos e assim não acontece à verdadeira integração que deveria haver.

“Se, todavia, concebemos a comunidade – para cujos interesses a educação escolar deve voltar-se – como o real substrato de um processo de democratização das relações na escola, parece-me absurda a proposição de uma gestão democrática que não suponha a comunidade como sua parte integrante”. (PARO, 1997, 83)

Isso perpassa por inúmeros processos que um deles é a real vontade da pessoa que irá administrar esses projetos para que isso torne realidade. E como todo processo necessita de persistência para que as propostas sejam efetivadas com êxito, nada melhor do que a participação de todos nesse trabalho que só irá beneficiar a escola. E “... a democracia só se efetiva por atos e relações que se dão no nível da realidade concreta”. (PARO, 2005, p. 18)

E neste processo é que se efetiva um dos trabalhos mais importantes da Instituição escolar que é a criação do Projeto Político Pedagógico, onde este irá mostrar os

caminhos a ser trilhado por todos que integram este espaço educacional. “A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político-pedagógico”. (GADOTTI, 2002 p. 35).

A gestão democrática tem que visar à participação de todos e esses têm que estar conscientes de que a efetivação do Projeto Político Pedagógico se realiza com todos dando as mãos. Mais para que isso aconteça é necessário que a comunidade deixe de pensar que a escola é somente um local dominado pelo poder governamental.

“A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou, menos ainda, os meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática pais, mães, alunas, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola”. (GADOTTI, 2002 p. 35).

A autonomia e a participação sendo características do Projeto Político Pedagógico não pode ser apenas um princípio a ser seguido, mais deve ser sentida no espaço escolar, deve ser realizados com reponsabilidade pela escola na prestação de serviço aos pais, alunos e demais usuários da Instituição, fazendo isso ela estará dando autonomia à comunidade e isso fará uma verdadeira gestão democrática.

E a participação também dos pais nesse processo é de suma importância para que o PPP se efetive, pois uma população que não cobra seus direitos e deixa de exigir uma educação de boa qualidade para seu filho é estar de acordo com uma política passiva que vê tudo de ruim acontecendo, mais finge não estar enxergando.

A importância do conselho Escolar nas tomadas de decisões para uma escola democrática.

No pensar de Paro (2005, p.13), “não basta permitir formalmente que os pais de alunos participem da administração da escola; é preciso que haja condições materiais propiciadoras dessa participação”. E uma das condições para que isso se efetive é a criação do Conselho Escolar, pois nele os pais, a comunidade terá voz e vez para colocar suas preocupações, ideias e anseios.

A comunidade tem o direito de participar das decisões da escola, são cidadãos de direito dessa educação, porém há que se dizer que o Estado sempre se insere nas tomadas de decisões da escola fazendo com que somente o diretor tome as deliberações,

e isso faz com que a classe trabalhadora especialmente os pais não tenham participação nas determinações.

Assim conquistando esse Conselho é possível que haja uma participação autônoma no que diz respeito ao processo de ensino aprendizagem, pois assim os pais estarão mais informados quanto aos conteúdos, os professores terão a oportunidade de dizer os avanços, progressos e dificuldades dos alunos e a direção colocará suas propostas para que todos possam ter o conhecimento da realidade escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este momento é destinado à exposição da análise dos dados coletados durante a pesquisa, com base nas observações in loco e nas entrevistas, em articulação aos autores que embasaram este trabalho. Assim a partir das perguntas apresentadas:

Na primeira pergunta: *“De que forma você intervém no processo de ensino aprendizagem do aluno”?*

Sujeito da pesquisa A: *Através de projetos e atividades lúdicas que o estudante possa participar com entusiasmo e ter uma boa aprendizagem.*

Sujeito da pesquisa B: *definindo estratégias de intervenção para que o aluno avance de forma satisfatória, como também procurando deixar a família a par das coisas; para que também ela possa participar desse processo.*

Assim observa-se que por meio de estratégias e projetos que conduzam o educando a avançar satisfatoriamente envolvendo os pais, os mesmo conseguirão dialogar o conhecimento da vida escolar de seu filho fazendo a dualidade escola e família para o processo educacional de seu filho.

Convidar a família às questões político-pedagógicas, não significa transferir responsabilidades, isentando a escola de seu papel – o que significaria decretar a sua ineficiência diante de sua própria função – mas deixar de gestar uma prática autoritária para garantir à família a liberdade de exercer a democracia em seu sentido pleno. (BIAZZIO, LIMA, p.11, 2009)

Já na segunda: *“Qual sua compreensão sobre o Projeto Político Pedagógico da escola”?*

Sujeito da pesquisa A: *É através do projeto que são tomadas as decisões e assegura um bom direcionamento tanto na parte pedagógica e administrativa.*

Sujeito da pesquisa B: O P.P.P é o instrumento teórico metodológico que a escola elabora, de forma participativa, com a finalidade de apontar a direção e o caminho que vai percorrer para realizar da melhor maneira possível, a sua função educativa, é o elemento norteador do trabalho da escola, além do que a escola conquista sua autonomia.

Desse modo percebe-se que o Projeto Político Pedagógico é um instrumento que norteia toda a ação pedagógica e também administrativa fazendo com que a escola tome uma direção para que se realize um trabalho satisfatório buscando a autonomia que a instituição precisa. O Projeto é que confere consistência, amplitude e sentido á prática pedagógica, porque é através dele que se congregam as energias, se traçam perspectivas e se organiza o processo de trabalho na escola. (OLIVEIRA org.p.41)

Quando enquistada em relação: *“Qual sua concepção sobre a importância da família nas tomadas de decisões do processo educacional”?*

Sujeito da pesquisa A: *A família é a parceira da escola, ela é o suporte para a vida educacional do estudante. Quando a família se envolve tudo fica mais fácil.*

Sujeito da pesquisa B: *A escola trabalhando de forma coletiva e envolvendo os pais nas tomadas de decisões cria novas alternativas para a melhoria da educação e é mais vantajosa para a escola como um todo, pois é pela ação coletiva que a escola se fortalece.*

Com isso percebe-se que as tomadas de decisões só tomam força por meio de uma ação coletiva, e a família sendo envolvida no processo educacional junto á escola há um progresso nas tomadas de decisão e isso ocasiona um avanço nas atividades escolares e a escola é fortalecida, pois para Biazzio, Lima (2009, p. 11).

Incorporar a família no processo de elaboração e também de execução do Projeto Político Pedagógico demanda compromisso social, o que significa romper com aquela concepção ingênua da escola como mera agência de transmissão de saberes historicamente acumulado.

E por fim as entrevistadas teceram a partir de sua vivencia: *“Qual sua percepção sobre a importância do conselho escolar nas tomadas de decisões para uma escola democrática”?*

Sujeito da pesquisa A: *O Conselho escolar toma decisões importantes para o bom direcionamento da escola. Ele dá suporte para que a escola seja democrática e transparente nas tomadas de decisões.*

Sujeito da pesquisa B: O Conselho escolar é formado pelos representantes dos segmentos da escola, e as decisões passam por eles também e não se centraliza apenas no gestor; dessa forma as decisões são compartilhadas, discutidas e decididas por todos; assim o convívio democrático se entranha em todas as ações da escola e envolve desde o porteiro que recebe o aluno na entrada, os funcionários, professores, gestor e todos que convivem no espaço escolar.

Nota-se assim que o Conselho escolar deve ser representado por membros da escola como pais, docentes e demais pessoas que fazem parte da instituição, é um suporte para que as tomadas de decisões sejam democráticas, claras e eficientes e assim não sobrecarrega o trabalho administrativo somente na pessoa do gestor(a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como foco a participação da família na construção do Projeto Político Pedagógico, buscando uma maior compreensão diante do processo de elaboração deste documento que norteia as ações administrativas e pedagógicas da escola. Diante de observações feitas no campo da pesquisa, analisou-se que este documento ainda não é elaborado com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, porém, ele é entendido como um importante instrumento para o bom andamento das ações escolares. Com isso, entende-se que há um conhecimento sobre o que é Projeto Político Pedagógico e também da importância da família no processo educacional do aluno para o bom direcionamento das atividades escolares. Então, percebe-se que tem uma preocupação em inserir a instituição familiar na construção do P.P.P (Projeto Político Pedagógico), contudo ainda não está acontecendo de uma forma democrática onde a família é uma parte (BIAZZIO, LIMA, p.11, 2009) essencial para essa construção.

Entretanto, espera-se que até ao final desta pesquisa haja por parte da pesquisadora uma reflexão quanto a importância do desenvolvimento deste documento no espaço escolar, servindo de experiência para futuras ações como pedagoga e assim poder ajudar a escola a evoluir de uma forma democrática visando uma educação de qualidade com a colaboração de todos os envolvidos no processo educacional.

REFERÊNCIAS

BLAZZIO, Solange Cachimiro Ferreira de. LIMA, Paulo Gomes. **A Participação da Família no Projeto Político Pedagógico**. Educere et Educare, v.4, n.7, p. 11, 1º semestre .2009.

GADOTHI Moacir, ROMÃO, José E. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 5º ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

GENDHIN, Evandro. FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2º ed.. São Paulo: Cortez, 2011. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa Social e Ação Pedagógica: conceitos, métodos e práticas**. 2º ed. São Paulo: LOYOLA, 2002.

MENGA, Lüdke; ANDRE, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). **Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens**. 4º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

PARO Victor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos (org.). **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização**. 21º ed. São Paulo: Libertad, 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político Pedagógico da escola: Uma construção possível**. 29º ed. Campinas SP. Papirus, 1995.